



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 1846-19.2014.8.17.0000 (327699-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
AGRAVANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF  
AGRAVADOS: TEREZA OLÍMPIA DOS SANTOS e OUTROS

**EMENTA:** PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECEBIMENTO COMO O AGRAVO INTERNO PREVISTO NO ART. 557, §1º, DO CPC. SÚMULA 42/TJPE. MÉRITO. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS ESSENCIAIS À SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. ART. 525, II, CPC. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. IMPROVIMENTO DO RECURSO.

- Recebimento do Agravo Regimental como o Recurso de Agravo previsto no art. 557, §1º, do CPC, por não ser outro o cabível na espécie e restar respeitado o pressuposto de admissibilidade do recurso adequado, consubstanciado na sua tempestividade. Aplicação da Súmula nº 42/TJPE ("São fungíveis os agravos regimental e legal");

- Mérito: Constitui ônus do Agravante a juntada das peças de natureza facultativa (art. 525, II, do CPC), todavia imprescindíveis à compreensão da controvérsia;

- Ausência de documentos essenciais, mormente porque as cópias dos contratos discutidos nos autos e a declaração da Delphos discriminando a natureza das apólices (pública ou privada) são primordiais para se averiguar os critérios de definição da competência, quais sejam: i) data em que o contrato de seguro fora firmado e ii) tipo de apólice (ramo público ou privado);

- Não é facultado ao Relator converter o julgamento em diligência para ensejar a complementação do instrumento, eis que compete ao Recorrente fazê-lo no momento da interposição do recurso, sob pena de configurar preclusão consumativa;

- Agravo improvido.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

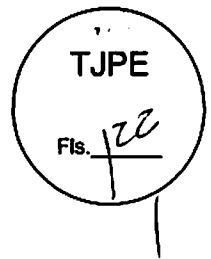
Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 1846-19.2014.8.17.0000 (327699-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
AGRAVANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF  
AGRAVADOS: TEREZA OLÍMPIA DOS SANTOS e OUTROS

R E L A T Ó R I O

Trata-se de recurso de Agravo - art. 557, §1º do CPC - (fls. 96/113) interposto contra decisão terminativa (fls. 91/93), através da qual neguei seguimento monocraticamente ao Agravo de Instrumento, diante da ausência de peças essenciais à compreensão da contenda.

O Agravo de Instrumento impugnou decisão interlocutória (fl. 70) proferida pelo i. togado de piso da 2ª Vara Cível do Cabo de Santo Agostinho, que indeferiu pedido formulado à fl. 1778 do processo originário, pois a remessa dos autos à Justiça Federal e a presença da Caixa Econômica Federal na lide já teriam sido rejeitadas às fls. 1184, quando o magistrado analisou a preliminar de litisconsórcio passivo suscitada pela Sul América Seguros (fl. 65).

O MM Juízo *a quo* entendeu que a demanda envolve interesse privado entre o mutuário e a seguradora, sendo a CEF mera administradora do fundo de reserva.

Na decisão ora agravada, salientei que a definição da competência em ação de seguro habitacional dependia da verificação do tipo de apólice (ramo público ou privado) e da data em que o contrato de seguro fora firmado.

1C



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

Em seguida, destaquei que o instrumento não foi instruído com as cópias dos contratos e a declaração da Delphos, impossibilitando a averiguação da data de celebração das avenças, bem como do tipo de apólice a que aderiram os Agravados. Por este motivo, neguei seguimento ao recurso.

No presente Agravo (fls. 96/113), a CEF pugna pela reconsideração da decisão vergastada "no intuito de que caso entenda-se necessário a juntada de documentos complementares, seja intimada essa Empresa Pública para colacionar aos autos tais documentos, e consequentemente seja reconhecido seu interesse no feito (...)" (SIC).

Desse modo, requer seja exercido o juízo de retratação ou o julgamento colegiado do recurso, para que este seja conhecido e provido.

É o relatório.

Dispensado de inclusão em pauta.

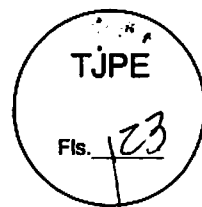
Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 1846-19.2014.8.17.0000 (327699-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
AGRAVANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF  
AGRAVADOS: TEREZA OLÍMPIA DOS SANTOS e OUTROS

V O T O

Inicialmente, registro que, tendo em vista o princípio da fungibilidade, nada obstante a nomenclatura dada pela Agravante à presente peça, recebo-a como o recurso de Agravo previsto no art. 557, §1º, do CPC, por não ser outro o cabível na espécie e restar respeitado o pressuposto de admissibilidade do recurso adequado, consubstanciado na sua tempestividade, além da desnecessidade de recolhimento de custas.

Amolda-se à espécie, portanto, a Súmula nº 42 deste Eg. TJPE, aprovada em 05.12.2008, segundo a qual "*são fungíveis os agravos regimental e legal*".

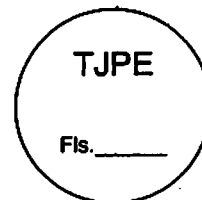
Ultrapassado tal aspecto, mantenho o mesmo posicionamento adotado na decisão alvo deste recurso e sigo neste voto os fundamentos ali expendidos, com as devidas adaptações.

Observe, desde logo, que o Agravo de Instrumento teve seu seguimento negado em virtude da ausência de peças que embora sejam facultativas, são essenciais à solução da controvérsia.

Com efeito, a CEF deixou de instruir o recurso com documentos imprescindíveis ao conhecimento da presente irresignação, como as cópias dos contratos discutidos nos autos e a declaração da Delphos discriminando a natureza das apólices (pública ou privada).



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



Ressalto que tais peças são essenciais, pois no meu sentir, os princípios do ato jurídico perfeito e da irretroatividade da lei obstam a incidência da Lei 12.409/2011 nos contratos de seguro celebrados antes de sua edição.

Aliás, a jurisprudência pacífica deste E. Tribunal adota tal entendimento, como se depreende dos julgados adiante colacionados, com grifos nossos:

.....

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EDIÇÃO DA LEI 12.409/2011 POSTERIOR AOS CONTRATOS. IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA. ILEGITIMIDADE ATIVA. MATÉRIA EXAURIDA. REDUÇÃO DE MULTA DECENDIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. EMBARGOS REJEITADOS. 1- Os efeitos da lei 12.409/2011 não podem retroagir aos contratos firmados anteriormente a sua vigência. 2-Competência da justiça estadual para julgar processos referentes a seguros imobiliários. Súmula 94 deste Egrégio Tribunal. (...). 5- Embargos de declaração rejeitados. (TJPE – ED 1930549, 3ª Câmara Cível, Relator: Alfredo Sérgio Magalhães Jambo, Julgamento: 08/03/12).

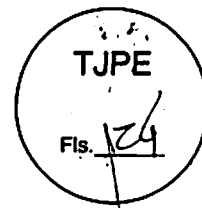
.....

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO HABITACIONAL. CONTRATO CELEBRADO ANTES DA LEI N.º 12.409/2011. ATO JURÍDICO PERFEITO E ACABADO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO RETROATIVA DA NORMA. INCABÍVEL O DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA PARA JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA 94 DO TJPE. PRETENSÃO RECURSAL EM ROTA DE COLISÃO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE ESTADUAL DE JUSTIÇA. (...). 5.No caso concreto, sendo o contrato de seguro habitacional avença firmada em momento anterior à edição da Lei n.º 12.409/2011, revela-se incabível o deslocamento da competência à Justiça Federal, não só em face da potencialidade de causar prejuízo aos segurados, mas também sob pena de desrespeito aos princípios da irretroatividade das leis e do ato jurídico perfeito e acabado. 6.Nesse sentido, também merece registro o teor da Súmula 94 deste e. Tribunal de Justiça, in verbis: "A justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional." 7.Agravo improvido. 8.Decisão unânime. (TJPE - AGV 2583140, 1ª Câmara Cível, Relator: Josué Sena, Data de Julgamento: 14/02/12).

.....



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



Dessa forma, o primeiro critério para definição da competência é o tipo de apólice: ramo público (66) ou privado (68). O segundo é a data em que o contrato de seguro fora firmado.

Ora, ausentes as cópias dos contratos e a declaração da Delphos, não é possível se averiguar a data de celebração das avenças, bem como do tipo de apólice a que aderiram os Agravados.

Como é cediço, incumbe ao recorrente instruir o agravo de instrumento tanto com as peças obrigatórias, quanto com as facultativas que sejam úteis ao conhecimento da lide pelo Relator. A este não é permitido converter o julgamento em diligência para ensejar a complementação do instrumento, eis que compete ao recorrente fazê-lo quando da interposição do recurso, sob pena de configurar preclusão consumativa.

A respeito da matéria, é pacífica a jurisprudência do C. STJ e desta E. Corte, como podemos observar das ementas a seguir transcritas, grifos nossos:

.....

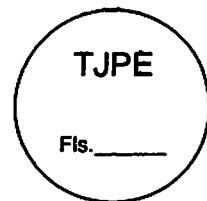
RECURSO ESPECIAL – PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – ART. 525 DO CPC – AUSÊNCIA DE TRASLADO DE PEÇA ESSENCIAL À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. 1. Impõe-se ao agravante a apresentação de todas peças obrigatórias previstas no art. 525 do Código de Processo Civil, assim como aquelas necessárias à exata compreensão da controvérsia, sob pena de não conhecimento do recurso. 2. Recurso Especial a que se nega provimento. (STJ – RESP 200501431405 – (777689 MT) – 1ª T. – Rel. Min. Teori Albino Zavascki – DJU 21.11.2005 – p. 00165).

.....

AGRAVO DE INSTRUMENTO – DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO – PEÇA DE JUNTADA FACULTATIVA, MAS NECESSÁRIA À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. Segundo assentou a corte especial, a ausência de peças no agravo de instrumento, de juntada facultativa, mas essenciais à solução da controvérsia, constitui óbice ao conhecimento do recurso (ERESP Nº 504.914-SC). Recurso Especial não conhecido. (STJ – RESP 200301019490 – (552407 RJ) – 4ª T. – Rel. Min. Barros Monteiro – DJU 24.10.2005 – p. 00329).



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. NEGATIVA DE TRÂNSITO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. PARTE ISENTA DE PREPARO. CABIMENTO. FUNGIBILIDADE RECURSAL. AGRAVO ORIGINÁRIO. DEFICIÊNCIA NA FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA ESSENCIAL. ÔNUS DO RECORRENTE. DECISÃO UNIPESSOAL MANTIDA. 1. Quando a parte recorrente não estiver sujeita ao preparo, em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal deve ser recebido como se recurso de agravo fosse (CPC, art. 557, §1º) o agravo doméstico erroneamente manejado, uma vez que o insurgimento foi posto contra decisão unipessoal denegatória de seguimento a recurso. 2. Pela sistemática processual vigente, para além das peças obrigatórias elencadas no art. 525, I, do CPC, é ônus do recorrente aparelhar o agravo com peças essenciais ao exato conhecimento das questões submetidas à instância revisora, mormente em se tratando de documento intensamente referido na respectiva petição de interposição, como é o caso da inicial da lide. Deficiente nesse ponto a formação do instrumento, não mais se admite a conversão do julgamento em diligência para o atendimento desse pressuposto de admissibilidade do agravo. Precedentes do Tribunal. 3. Independentemente de suscitação pela parte recorrida, o art. 557 do CPC autoriza o relator a negar seguimento a recurso prejudicado por inobservância de requisito de admissibilidade. (TJPE – AgReg nº 121356-9/01 – 1ª Câmara Cível - Relator: Fernando Ferreira – DOE 04/05/05).

Em assim sendo, entendo não preenchidos os requisitos de admissibilidade do Agravo de Instrumento, pois a Caixa Econômica Federal não cumpriu adequadamente o disposto no artigo 525, inciso II do CPC - juntada de peças úteis à compreensão da contenda.

Ante todo o exposto, na ausência de fatos ou argumentos novos e relevantes - autorizadores do juízo de retratação -, **NEGO PROVIMENTO** ao Agravo Legal, mantendo a decisão monocrática desta Relatoria por seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator